



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2/2024

Prezados Acionistas, A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (doravante "PB-LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, a PB-LOG completou 12 anos de existência, atuando alinhada com seu posicionamento estratégico, focando na prestação de serviços logísticos de apoio à operação de *Upstream*, com uma posição reconhecida e competitiva em custo, prontidão e flexibilidade operacional. O resultado do exercício refletiu o esforço integrado de todos os nossos colaboradores, com comprometimento e competência, em articulação com nossos parceiros, clientes e fornecedores, contemplando altos níveis de operação e segurança. A segurança é prioridade para todo o Sistema Petrobras e, em 2024, nossas operações resultaram numa taxa de acidentados registráveis (TAR) de 0,35 acidentados/milhão de "Homens-Hora Expostos ao Risco" (HHER); esta resultou encontra-se 52% abaixo do limite de alerta (LA=0,67) definido para esse indicador no ano. A empresa buscou executar suas operações comerciais com base em relações de cooperação mútua e respeito aos clientes, com objetivo de garantir as melhores condições de atuação para atender aos níveis de serviço necessários à continuidade operacional dos ativos de Exploração e Produção (E&P). Os esforços nas negociações contratuais proporcionaram a geração de valor e resultado econômico aderentes aos riscos associados ao negócio, respaldados pelas gerências e pela administração. O nosso Lucro Líquido auferido no exercício, de R\$ 533 milhões, representa a eficiência das nossas operações, sendo integralmente distribuído à Acionista sob forma de dividendos. Nesse sentido, antecipamos dividendo à acionista controladora, no valor de R\$ 463 milhões em dezembro de 2024, referente ao lucro auferido no período de janeiro a outubro de 2024. No ambiente de gestão contratual, buscamos ação tempestiva na contratação e na cessão de frota para atendimento às nossas demandas de serviço, sempre em colaboração com a controladora para uma adequada gestão do Pool Logístico do Sul-Sudeste e às necessidades das operações de E&P da Petrobras. Ainda, mantivemos foco na diligência das medições contratuais e a regularização significativa de saldos e provisões com clientes e fornecedores. Aprimoramos a gestão corporativa, bem como mantivemos o monitoramento integrado dos Riscos Empresariais e de Integridade. Ainda, em 2024, houve a centralização da atividade de Auditoria da PB-LOG em sua Controladora, o que permitiu uma maior abrangência do escopo do trabalho da auditoria, reforçando as linhas de defesa. Esses esforços conjuntos proporcionaram consequente impacto positivo na governança da PB-LOG. Em 2024, a empresa manteve seu compromisso com a integridade e a transparência, refletido na nota máxima recebida no Índice de Conformidade (IC-SEST), avaliado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). A PB-LOG busca a melhoria contínua dos seus processos, garantindo altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade. Agradecemos a todas as partes interessadas pela cooperação ao longo do ano de 2024 e mantemos nosso compromisso de desenvolver novos negócios para 2025, buscando maximizar os resultados, para a construção de um futuro sustentável.

A Administração

SOBRE ESTE DOCUMENTO

O presente Relatório da Administração visa atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/76, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da Companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Criada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade Anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

PERFIL CORPORATIVO

A PB-LOG: Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, atuando prioritariamente na logística de suporte offshore e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo bens e serviços necessários às atividades de seus clientes. A Companhia tem concentrado suas operações em Consórcios operados pela Petrobras no território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Suas bases, estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras, permitem à PB-LOG ofertar um amplo rol de serviços integrados.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

Nossa missão, visão e valores foram reafirmados no Plano de Negócios 2025-2029:

Visão
Ser reconhecida como referência competitiva na prestação de serviços de exploração e produção.

Missão
Gerar valor para os nossos stakeholders com excelência em serviços de exploração e produção com alto padrão de segurança, de forma competitiva e sustentável.



PLANO DE NEGÓCIOS

O Plano de Negócios (PN) apresenta expectativas de longo prazo da PB-LOG e estabelece (i) o conjunto de cenários prováveis que podem intervir no ambiente de negócios, e (ii) os preceitos e orientações do Acionista a serem seguidos para consecução dos objetivos empresariais. Assim, este documento explicita as principais metas a serem alcançadas e os recursos necessários para a consecução dos objetivos nos próximos cinco anos. O Plano Anual de Negócios (PAN) detalha o primeiro ano do PN, estabelecendo compromissos de curto prazo, essenciais para o alcance das metas de longo prazo. Assim, os diretores da Companhia acompanham, mensalmente, a execução do PAN, por meio de Reuniões de Análise Crítica (RACs). Nessas reuniões, a equipe técnica avalia o desempenho da empresa em relação ao PAN e acompanha as perspectivas do mercado, definindo eventuais correções ou ações necessárias para o alcance de seus objetivos.

MODELO DE NEGÓCIO

A PB-LOG tem por modelo de negócio e foco a atuação integrada em serviços de logística e controle de emergência, com flexibilidade e baixo custo para as operações dos consórcios de E&P operados pela Petrobras.

Logística integrada

A PB-LOG está capacitada e habilitada a fornecer serviços de logística integrada para ativos de produção, exploração ou agrupamentos de ativos de menor porte. Este fornecimento ocorre através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo, marítimo e o controle de emergência com equipes treinadas para estes eventos. A PB-LOG integra todos os modais logísticos da cadeia de E&P, promovendo uma operação otimizada em seus diversos elos.

Controle de Emergência (CE)

A PB-LOG, em seu esforço de apresentar um portfólio de serviços adequado a seus clientes, disponibiliza o acesso aos recursos para execução dos serviços de Controle de Emergência (CE), cujo escopo consiste no combate ao derramamento de óleo no mar, a disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate ao Blowout Submarino e, ainda, a disponibilidade dos recursos mantidos nos Centros de Defesa Ambiental (CDA). Tais escopos podem ser ofertados em conjunto ou separadamente.

GESTÃO E SUPORTE AO MODELO DE NEGÓCIO

Estratégia

No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PB-LOG projeta aprimorar-se nas atividades de controle de emergência, apoio logístico e apoio marítimo, consolidando sua vocação na logística offshore, de modo a ampliar a prestação de serviços para os seus clientes nesta área.

Governança Corporativa

A Companhia desenvolve suas atividades, orientada pelas melhores práticas de Governança Corporativa, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, ética, diversidade, equidade e responsabilidade.

Governança e Administração

A Estrutura de Governança e Administração da PB-LOG está composta da seguinte forma: Assembleia Geral - É o órgão deliberativo máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como para tomar resoluções que julgar convenientes à defesa do desenvolvimento da Companhia. Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal da Companhia foi instaurado em 2018, composto por três membros, cujo escopo de atuação se encontra definida nos termos do Estatuto Social da PB-LOG e nas melhores práticas de Governança Corporativa. Diretoria Executiva - É o órgão responsável pela execução e operacionalização da Companhia e das diretrizes, orientações e estratégia estabelecidas pela Assembleia Geral. É composta por três membros, sendo um (a) Diretor(a) Presidente, um(a) Diretor(a) Corporativo(a) e Financeiro(a) e um(a) Diretor(a) de Operações. Auditoria - A Auditoria, atualmente centralizada na Controladora, tem a função de planejar, executar e avaliar as atividades de auditoria e suportar o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAE Conglomerado), a Diretoria Executiva (DE) e a Alta Administração no exercício de suas funções junto à PB-LOG, além de atender às demandas do Conselho Fiscal e dos órgãos governamentais (como TCU, CGU, SEST, CGPAR, PREVIC, dentre outros), fornecendo serviços de avaliação e assessoria de forma independente, objetiva e baseada em análises de riscos, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, visando a criação e preservação de valor da organização ao fortalecer os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança e aperfeiçoar suas operações. Comitê de Auditoria Estatutário - Constituído em 2018, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado), órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petrobras, é regulado de acordo com seu Regimento Interno e pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras – especialmente pela Lei 13.303/16, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016. O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras, para apreciação das matérias que serão objeto de orientação para as Sociedades do Sistema Petrobras, bem como assessorar a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração (quando houver) ou a Diretoria Executiva destas Sociedades.

Conformidade, Ética e Integridade

A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam à Petrobras e às Empresas do Sistema Petrobras e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da sua holding. Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras, bem como outras normas e orientações internas, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços. Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG adota, desde 2015, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção - PPPC (Programa de Compliance da Petrobras). Anualmente, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) avalia, por meio do Indicador de Conformidade (IC-SEST), as empresas estatais em relação ao envio de informações de pessoal, de governança, econômico-financeiras e orçamentárias. Em 2024, a PB-LOG recebeu nota máxima nesse indicador, refletindo o compromisso da empresa com a transparência e integridade dos seus dados. As práticas contábeis da Companhia estão adequadas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (International Financial Reporting Standards), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração da PB-LOG monitora estas práticas por meio da Gerência de Gestão Contábil de Empresas, na sua Controladora.

Gestão de Riscos

A PB-LOG adota uma gestão de riscos empresariais integrada e proativa, conduzida pela Diretoria Corporativa e Financeira, assegurando que as estratégias da Companhia estejam alinhadas ao adequado nível de risco afeto ao negócio. Dessa forma, medidas essenciais são implementadas e monitoradas continuamente para garantir a entrega de resultados com segurança e sustentabilidade. A PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, em aderência às práticas e metodologia das análises de riscos, conforme estabelecido pela Lei 13.303/2016 e seu estatuto social. Nossa sistema de gestão de riscos está alinhado com o Plano de Negócios, sendo os riscos considerados em todas as decisões estratégicas da Companhia. São observadas as análises e recomendações corporativas quanto a gestão de riscos, com desdobramento da estratégia corporativa traçada pela controladora para o sistema Petrobras. A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios

fundamentais: A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. A gestão de riscos está alinhada e coerente com o Plano de Negócios da Companhia. A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua. Os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, levando em conta os benefícios inerentes à diversificação. As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo, os possíveis impactos nos nossos stakeholders e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor e para a continuidade dos negócios.

Relacionamento com Partes Interessadas

A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos seus fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, entidades estatais pertencentes à administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, pauta-se em práticas de transparência e espírito de colaboração. As decisões internas da PB-LOG que envolvam partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como premissa a isonomia nas relações contratuais e zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista controlador. Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes vigentes para as Sociedades do Sistema Petrobras, no que diz respeito a qualquer transação com partes relacionadas. A exemplo da Petrobras, o sistema de controles internos da PB-LOG observa o atendimento dos requisitos estabelecidos na Lei 12.846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas sobre atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira; • Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; • Foreign Corrupt Practices Act 1977 (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e • UK Bribery Act 2010, lei anticorrupção do Reino Unido.

Canal Denúncia

O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PB-LOG aderiu em 2016, está disponível para os públicos interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual e outras irregularidades, que podem ser entendidas como ações ou omissões contrárias à lei ou aos preceitos do Código de Conduta Ética e que possam causar dano à PB-LOG, às demais Sociedades do Sistema Petrobras, aos empregados, acionistas e públicos de interesse.

LAI (Lei de Acesso à Informação)

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (PB-LOG) reafirma seu compromisso com a transparência e a prestação de contas, conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Cabe destacar que o "FalaBR", inserido no contexto da LAI, é uma plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação, criada para promover a participação cidadã, a transparência e o controle social. Ela permite que qualquer pessoa solicite informações públicas, faça denúncias, elogios, reclamações, solicitações ou envie sugestões, fortalecendo a democracia ao garantir que os cidadãos tenham acesso às informações necessárias para acompanhar e fiscalizar a administração pública. Ademais, a PB-LOG informa que todas as solicitações de acesso à informação foram atendidas dentro dos prazos e procedimentos legais.

Gestão de Recursos Humanos

A PB-LOG possui seu quadro de empregados composto por profissionais cedidos da Petrobras. Encerramos o ano de 2024 com 24 empregados, uma redução de 0,8% em relação a 2023, sendo 8 mulheres (33,3%) e 16 homens (66,6%).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cenário Macroeconômico

Em 2024, a economia brasileira manteve um ritmo de crescimento acima do esperado, com projeções apontando para uma expansão do PIB em torno de 3%, impulsuada pelo mercado de trabalho aquecido e recuperação do consumo. Apesar das restrições fiscais e do ciclo de alta na taxa de juros, a atividade econômica foi favorecida por um cenário externo menos adverso, com estímulo ao crédito e aos investimentos. O setor de serviços seguiu como principal motor do crescimento, enquanto a indústria mostrou sinais de retomada gradual, refletindo um ambiente econômico mais resiliente. No tocante ao segmento de OG&G no Brasil, novas Unidades Estacionárias de Produção (UEP) iniciaram suas operações ao longo de 2024 e outras 11 UEPs estão em construção para início de produção até 2029. Em relação às sondas de perfuração, foi observado um incremento nas atividades, saindo de 29 para 33 sondas em operação no offshore brasileiro, incrementando a demanda primária por serviços de logística de E&P. Neste cenário e com o avanço dos investimentos em E&P pela Petrobras, a PB-LOG manteve a sua operacionalidade, contribuindo na geração de valor com a otimização de recursos operacionais e administrativos.

Desempenho Operacional

O desempenho operacional da PB-LOG tem forte correlação com as práticas e prioridades estabelecidas pela Petrobras e seus consorciados. Desta forma, a Companhia concentrou suas atividades na região Sudeste, principalmente nas bacias de Santos e Campos, onde se encontram os principais ativos de exploração e produção. Em 2024, a PB-LOG manteve contrato para prestação de serviços logísticos integrados com consórcio de E&P em produção de Tartaruga Verde. Também adicionou ao portfólio atendimento a ativos exploratórios como Sagitário e Júpiter. Já em relação aos de serviços de controle de emergência offshore, manteve a prestação para os consórcios

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIAGOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO**Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.**

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Para o primeiro ano do PN, estabeleceu-se como métricas de topo a serem acompanhadas na gestão do negócio os seguintes indicadores:

Indicador	Unidade	Meta	Tipo
Net Operating Profit After Taxes (NOPAT)	R\$ mil	268.587	Maior-Melhor
IAGEE ^a	Unidade	3	Maior-Melhor
ICM ^b	m ³	3	Menor-Melhor

^a Índice de Atendimento às metas de Gases de efeito estufa (índicador de Políticas Públicas compartilhado com a Petrobras); e

^b Índice de Compromisso com o Meio Ambiente. Tendo com mediação o volume vazado acima de 1 barril (0,159m³).

Os indicadores apresentados são fundamentais para guiar nossas ações estratégicas e refletem nosso compromisso com os resultados e sustentabilidade do negócio, promovendo impacto positivo para nosso acionista e para a sociedade.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras da PB-LOG dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas. Não foram, nos respectivos exercícios, contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência dos auditores em relação à Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 25 de fevereiro de 2025, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

A Administração,

Odaléa Elisabeth Franco Lima

Diretora Presidente

Odaléa Elisabeth Franco Lima

Diretora de Operações

Elisandra Collazol

Diretora Corporativa e Financeira

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores	8	148.174	277.203
Contas a receber, líquidas	6.1	128.726	402.362	Arrendamentos	9	627	1.083
Contas a receber - FIDC	6.4	397.285	473.370	Imposto de renda e contribuição social	12.1	29.194	63.951
Imposto de renda e contribuição social	12.1	13	73	Impostos e contribuições	12.2	11.178	22.602
Impostos e contribuições	12.2	755	19.765	Outros passivos		11.027	14.965
Ativo circulante		526.780	895.571	Passivo circulante		200.200	379.804
Contas a receber, líquidas	6.1	43.975	50.896	Arrendamentos	9	712	1.099
Depósitos judiciais	11.2	50.553	47.387	Provisão para processos judiciais	11.1	44.027	53.103
Impostos e contribuições	12.2	52.468	51.387	Provisão para resarcimentos	10.1	46.731	45.203
Ativo realizável a longo prazo		146.996	149.670	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	4.205	1.892
Imobilizado	7	963	1.555	Outros passivos		10.115	4.767
Ativo não circulante		147.959	151.225	Passivo não circulante		105.790	106.064
Total do ativo		674.739	1.046.796	Passivo circulante e não circulante		305.990	485.868
				Capital social realizado		249.391	249.391
				Reservas de lucros		119.358	311.537
				Patrimônio líquido		368.749	560.928
				Total do passivo	13	368.749	1.046.796
						674.739	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Notas	2024	2023
Receita de serviços	15	1.512.484
Custo dos serviços prestados	17	(740.340)
Lucro Bruto		772.144
Receitas (despesas)	17	(24.092)
Gerais e administrativas	17	(2.299)
Tributárias	17	(6.472)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(1.937)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		743.816
Resultado financeiro líquido	16	63.652
Receitas financeiras		70.155
Despesas financeiras		(1.378)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(1.389)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		807.468
Imposto de renda e contribuição social	12.1	(274.175)
Lucro líquido do exercício		533.293
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	13.6	0,23
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		0,43

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Notas	2024	2023
Lucro líquido do exercício	533.293	1.007.011
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	533.293	1.007.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	533.293	1.007.011
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	17	414
Perdas de créditos esperadas	18	38
Provisão (reversão) para processos judiciais e administrativos	18	(8.904)
Imposto de renda e contribuição social	12.1	274.175
Encargos financeiros sobre arrendamentos	9	559
Variações monetárias e cambiais não realizadas	16	(4.225)
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	10.1	(55.025)
Resultado na baixa de ativos de direito de uso/arrendamentos		(101.059)
Redução (aumento) de ativos		–
Contas a receber	282.814	80.034
Impostos a recuperar	20.464	10.191
Outros ativos	7.102	(2.108)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(128.832)	(267.591)
Processos judiciais pagos		(77)
Impostos e contribuições a recolher	(180.323)	(262.481)
Outros passivos	1.064	15.900
Imposto de renda e contribuição social pagos	(139.824)	(245.230)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	602.713	756.031
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(1.734.069)	(3.307.227)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros	1.865.178	3.457.683
Recursos líquidos utilizados pelas atividades de investimentos	131.109	150.456
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de arrendamentos	9	(1.315)
Pagamento de dividendos	13.5	(732.507)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(905.842)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		(733.822)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Capital social	Dividendos adicionais	Reservas de lucros	Total do patrimônio líquido
realizado	Legal	propostos	acumulados
Saldo em 1º de janeiro de 2023	249.391	49.880	154.764
Lucro líquido do exercício			1.007.011
Dividendos adicionais pagos referentes a 2022			(154.764)
Dividendos intermediários pagos de 2023			(745.354)
Dividendos adicionais propostos de 2023			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	249.391	49.880	261.657
Saldo em 1º de janeiro de 2024	249.391		



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES: 5.1. *International Accounting Standards Board (IASB):* A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2024 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas
<i>Annual Improvements - Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); ganho ou perda no desreconhecimento divulgação da diferença entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um agente de fato (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	De forma geral, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; aplicação retrospectiva de ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratuais vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature - dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais aplicações retrospectivas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos own-use; permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas
<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis fornecam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas

Em relação ao normativo em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. 5.2. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. As seguirão apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - CPC Associates and Joint Ventures 18 (R3)*	IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPIC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPIC 09 (R3)**	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10)	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025
* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)		
** Emitido em substituição ao ICPIC 09 (R2)		
Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.		

6. **CONTAS A RECEBER:** 6.1. **Contas a receber, líquidas**

Recebíveis de contratos com clientes

Terceiros 301 263

Partes relacionadas (Nota 10.1) 172.701 453.258

Total do contas a receber 173.002 453.521

Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros (301) (263)

Total do contas a receber, líquidas 172.701 453.258

Circulante 128.726 402.362

Não circulante 43.975 50.896

6.2. **Aging do contas a receber terceiros**

Contas a receber 2024 2023

Vencidos: 38 (38) 263 (263)

De 3 a 6 meses 263 (263) 263 (263)

Total 301 (301) 263 (263)

6.3. **Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE**

Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

Total 397.285 473.370

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios realizados e/ou não realizados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis" considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios. A redução do saldo em 2024 decorre da utilização de recursos para pagamento de dividendos intermediários.

Prática contábil: As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões. A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original. Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuírem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devidamente contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

7. IMOBILIZADO

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Custo acumulado 15

Depreciação acumulada (14)

Depreciação (1)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Custo acumulado

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Custo acumulado



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

11. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS: 11.1. **Processos provisionados:** A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a: **Processos fiscais:** Referem-se, principalmente, a auto de infração lavrado em razão de divergência entre entendimentos das autoridades fiscais (Federal e Municipal) e da Companhia; **Processos trabalhistas, destacando-se:** Pleitos de revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados e Petros; e **Processos civis:** Principalmente contratos de fretamento. Os valores provisionados são os seguintes:

	2024	2023
Fiscais	41.723	39.906
Trabalhistas	2.304	10.990
Cíveis	—	2.207
Total	44.027	53.103

A movimentação dos processos judiciais provisionados no exercício está apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	53.103	50.988
Baixa, líquida de reversão (a)	(11.526)	(1.309)
Atualização	2.450	3.424
Saldo final	44.027	53.103

(a) Refere-se a baixas de processos cíveis encerrados e pagos, sem custo para a Companhia por se tratar de assuntos da REFAP, cobertos pelo Contrato de Compra e Venda do Estabelecimento (CCVE) e processos cíveis próprios da Companhia. Os processos judiciais provisionados oriundos das atividades operacionais da REFAP estão sob responsabilidade da controladora Petrobras, conforme Contrato de Compra e Venda do Estabelecimento (CCVE) entre as empresas. Desta forma, as Contas a Receber junto à Petrobras registrado no ativo não circulante somou R\$ 43.975 (R\$ 50.896 em 31 de dezembro de 2023).

11.2. Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perda dos processos:

	2024	2023
5	5	3
Fiscais	50.548	47.384
Total	50.553	47.387

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício está apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	47.387	43.921
Baixa, líquida de reversão	(4)	(328)
Atualização	3.170	3.794
Saldo final	50.553	47.387

11.3. Processos não provisionados: Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2024	2023
Natureza	376.175	337.939
Fiscais	9.127	15.059
Trabalhistas	21.973	19.621
Cíveis	289	268
Total	407.564	372.887

11.3.1. Composição dos processos judiciais não provisionados: Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possíveis:

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	2024	2023
Autor: União Federal			

1) Auto de Infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos. 18.763 17.943

Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário em alçada administrativa que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

2) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias. 67.921 61.311

Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário em alçada administrativa que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

3) Auto de infração tributário glossando o credimento de PIS e COFINS. 286.093 258.251

Situação atual: Considerando decisão da Delegacia da Receita Federal julgando improcedente a impugnação, foi apresentado recurso voluntário em alçada administrativa que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

4) Auto de infração para lançamento de multa de 1% sobre o valor aduaneiro por prestação de informação inexacta em procedimento de importação realizado pela Companhia.

Situação atual: Encerrada a fase administrativa, foi ajuizada ação anulatória, garantida por meio de depósito judicial, que suspeita de exigibilidade do crédito tributário. Pendente apreciação da petição inicial e das petições subsequentes.

5) Processos diversos de natureza fiscal 502 434

Total de processos de natureza fiscal 376.175 337.939

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	2024	2023
Autor: Diversos - Pessoa física			

1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR).

Situação atual: O Supremo Tribunal Federal (STF), acolhendo recurso da Petrobras, reconheceu em março de 2024 que a fórmula utilizada pela Companhia é válida e está conforme o negociado entre as partes, revertendo a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que havia estabelecido critério diverso e firmado entendimento parcialmente contrário à Companhia. Como existiam várias ações judiciais em diversas fases processuais, a empresa acompanha a tramitação dos respectivos processos e promove os ajustes necessários nos valores e expectativas desse contingente de acordo com as decisões que aplicam o precedente do STF. Em 2024, a redução se refere, em especial, a baixas de valores e transferências para perda remota decorrentes de decisões favoráveis à Companhia que aplicaram o precedente do STF.

Autor: Diversos - Pessoa física

2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. 1.356 1.933

Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.

Total de processos de natureza trabalhista 9.127 15.059

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	2024	2023
Autos: Pessoas Jurídicas			

1) Pleito de anulação de multas aplicadas pela fiscalização de contratos de serviços de fretamentos de embarcações. 21.973 19.621

Situação atual: Decisão do Tribunal de Justiça, em sede de apelação, anulou a sentença desfavorável para a Companhia proferida pela Vara Cível que a condenava à reparação por perdas e danos, determinando que o processo seja analisado por Vara Empresarial. Foram opostos embargos de declaração em face desta decisão os quais foram rejeitados pelo Tribunal.

Total de processos de natureza cível 21.973 19.621

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa	2024	2023
Autos: Autoridades Governamentais			

1) Infrações em discussão a respeito de possíveis danos ambientais onshore. 289 268

Situação atual: Processos encontram-se aguardando decisão administrativa e avaliação de ajuizamento de ação judicial.

Total de processos de natureza ambiental 289 268

Prática contábil: A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão. Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

12. TRIBUTOS: 12.1. **Imposto de Renda e Contribuição Social: Tributos correntes**

Ativo circulante **Passivo circulante**

	2024	2023
Imposto de renda	13	12
Contribuição social	—	61
Total	13	73

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido. Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL. O passivo circulante é a parcela a pagar da apuração do IRPJ e CSLL corrente. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Imposto de renda	807.468	1.524.865
Contribuição social	(274.539)	(518.454)

Ajustes para apuração da alíquota efetiva:

Exclusões/(adições) permanentes, líquidas

Outros

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Prática contábil: Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada e controle de emergência. A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os produtos e serviços distintos prometidos em cada um deles. As receitas de vendas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre quando o serviço é prestado. Neste momento, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho. São consideradas obrigações de desempenho as promessas de transferir ao cliente: (i) bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de bens ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. As vendas são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2024	2023
Receitas Financeiras	70.155	130.825
Receita com recebíveis de ativos financeiros - FIDC	70.153	130.816
Receita com depósitos judiciais	2	10
Outros	—	(1)
Despesas Financeiras	(1.378)	(1.389)
Juros	(850)	(1.193)
Despesas com arrendamento	(528)	(196)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(5.125)	(4.353)
Atualização monetária de dividendos pagos	(9.350)	(8.226)
Atualização monetária dividendos a pagar	211	652
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.170	3.794
Atualização monetária de impostos a recuperar	2.475	1.759
Outros	(1.651)	(2.332)
Total	63.652	125.083

17. Despesas e custos por natureza

	2024	2023
Gastos com pessoal (administrativo)	(14.673)	(14.079)
Compartilhamento de gastos com a Controladora (administrativo)	(7.394)	(6.197)
Depreciação e amortização (administrativo)	(343)	(404)
Outras despesas administrativas	(1.682)	(1.494)
PIS/COFINS sobre rendimentos do FIDC e demais impostos e taxas	(2.299)	(6.472)
Afretamentos de embarcações e aeronaves	(506.363)	(1.151.816)
Serviços logísticos	(192.350)	(662.314)
Operações terrestres	(13.446)	(67.152)
Serviços de segurança, meio ambiente e saúde	(13.978)	(13.468)
Gastos com pessoal (operacional)	(9.141)	(8.788)
Depreciação e amortização (operacional)	(71)	(54)
Outros custos operacionais	(4.991)	(6.482)
Total	(766.731)	(1.938.720)

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2024	2023
Provisões e/ou perdas com processos judiciais	8.904	(2.129)
Despesas com ociosidade de embarcações	—	(5)
Multas contratuais	424	2.804
Prêmio por desempenho e PLR	(4.307)	(5.607)
Provisão/reversão resarcimento de contingências	(6.921)	1.829
Perdas de créditos esperadas	(38)	—
Outras despesas, líquidas	1	252

DIRETORIA EXECUTIVA

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora Presidente

ELISANDRA COLLAZIOL
Diretora Corporativa e Financeira

EDUARDO SEIXAS - Contador - CRC/RJ 087203/0-6

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora de Operações

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.** - Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elencadas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase - Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionada nas notas explicativas nºs 1 e 10, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, principalmente envolvendo a receita de serviços e os custos de serviços prestados. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, da Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/0-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/0-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PB-LOG relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024: I - Relatório da Administração; II - Demonstrações Financeiras; e III - Proposta de Distribuição de Dividendos. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de fevereiro de 2025, o Conselho

Fiscal opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. Os Conselheiros Fiscais declaram não conhecer quaisquer outros eventos que possam afetar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

Walber Monteiro de Almeida
Conselheiro Fiscal - Presidente
Pedro Guedes Campelo
Conselheiro Fiscal
Rafael Rezende Brigolini
Conselheiro Fiscal
Patrícia Alvim Mendonça
Secretária-Geral



Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>